

Inquérito Civil n. 06.2017.00001020-9**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA 0002/2022/01PJ/ARA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça, doravante designado **COMPROMITENTE**, o **MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Santa Catarina, n. 1122, Centro, Balneário Arroio do Silva, CEP 88.914-000, inscrito no CNPJ sob n. 01.605.479/0001-52, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **EVANDRO SCAINI**, doravante designado **COMPROMISSÁRIO**, autorizados pelo artigo 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 97 da Lei Complementar n. 738/2019, com base nas informações constantes nos autos do Inquérito Civil n. 06.2017.00001020-9, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público compete, dentre outras atribuições constitucionais, a defesa da ordem jurídica e a tutela dos interesses sociais, difusos e coletivos (art. 127 e art. 129, III, da Constituição Federal), podendo, para tanto, manejar o Inquérito Civil e Ação Civil Pública (Lei 7.347/85);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos dos artigos 3º e 6º da Lei Federal n. 7.853/1989, regulamentada pelo Decreto Federal n. 3.298/1999;

CONSIDERANDO que a vida e a saúde constituem direitos fundamentais do ser humano, sendo de relevância pública as ações e os serviços atinentes, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre a sua regulamentação, fiscalização e controle, na forma do art. 197 da Carta Magna;

CONSIDERANDO que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015 - LBI) estabeleceu em seu art. 8º que “É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à

informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico";

CONSIDERANDO que a Lei n. 13.146/2015 previu em seu artigo 26 que "Os casos de suspeita ou de confirmação de violência praticada contra a pessoa com deficiência serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade policial e ao Ministério Público, além dos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência" (grifou-se);

CONSIDERANDO que, por meio da Lei n. 1.045, de 28 de outubro de 2021, restou criado, no Município de Balneário Arroio do Silva, o Conselho Municipal de Assistência e Proteção à Pessoa com Deficiência;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 1º da Lei n. 1.045/21, o referido Conselho é órgão colegiado, consultivo, deliberativo e de controle, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, com a finalidade de promover no Município políticas públicas que assegurem assistência, prevenção e atendimento especializado às pessoas com deficiência, que contribua para a não discriminação e garantam o direito à proteção especial e à plena participação nas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais, regulamentando o artigo 183, da Lei Orgânica do Município de Balneário Arroio do Silva/SC;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Assistência e Proteção à Pessoa com Deficiência de Balneário Arroio do Silva deverá ser composto por 10 (dez) membros titulares e seus respectivos suplentes, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, representantes paritários de entidades e órgãos governamentais e não governamentais (art. 3º da Lei n. 1.045/21);

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Municipal de Assistência e Proteção à Pessoa com Deficiência de Balneário Arroio do Silva/SC, entre outras, instituir, aprovar e alterar o Regimento Interno do Conselho, com quórum de 2/3 (dois terços) a ser homologado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal (art. 2º, inciso XVII, da Lei n. 1.045/21);

CONSIDERANDO que as atribuições, o mandato e o funcionamento

da estrutura organizacional do Conselho serão definitivas pelo Regimento Interno (art. 7º, §1º, da Lei n. 1.045/21), e que o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência e Proteção à Pessoa com Deficiência deverá ser aprovado em Assembleia Geral, com quórum de 2/3 (dois terços), e ser homologado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, com publicação no diário oficial do Município de Balneário Arroio do Silva/SC (§2º);

CONSIDERANDO que, conforme dispõe o §1º do artigo 8º da Lei n. 1.045/21, será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação “Fundo Municipal de Assistência e Proteção à Pessoa com Deficiência”, para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, sendo elaborado, mensalmente balancete demonstrativo da receita e da despesa, o qual deverá ser publicado no órgão de imprensa oficial do Município de Balneário Arroio do Silva/SC;

CONSIDERANDO que ficou constatado nos autos do Inquérito Civil de n. 06.2017.00001020-9, a despeito das previsões legais acima narradas, que ainda não foram nomeados os membros do conselho, realizada eleição e estruturação (secretaria, comissões e grupos de trabalho, assembleia geral e conferência dos direitos da pessoa com deficiência), tampouco foram estruturados os Grupos de Trabalho, elaborado Regimento interno e aberta a conta bancária específica para o fundo;

RESOLVEM:

Celebrar o presente **Termo de Ajustamento de Conduta**, doravante denominado TERMO, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1995 (Lei da Ação Civil Pública) e arts. 90 e ss. da Lei Complementar Estadual n. 738/2019 (Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina), de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

SEÇÃO I – DO OBJETO

CLÁUSULA 1ª. Este TERMO tem como objeto a efetivação do funcionamento pleno do Conselho Municipal de Assistência e Proteção à Pessoa com Deficiência, criado pela Lei n. 1.045, de 28 de outubro de 2021, no Município de Balneário Arroio do Silva.

SEÇÃO II – DAS OBRIGAÇÕES POSITIVAS

CLÁUSULA 2ª. Para a consecução do objeto deste TERMO, o **COMPROMISSÁRIO**, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da assinatura do termo, adotará as seguintes providências:

I - Estruturará o Conselho dos Diretos da Pessoa Com Deficiência criado pela Lei n. 1.048/2021, com a nomeação dos membros, realização de eleição e instalação dos setores de trabalho (secretaria, comissões e grupos de trabalho, assembleia geral e conferência dos direitos da pessoa com deficiência);

II - Promoverá a estruturação e o efetivo funcionamento dos Grupos de Trabalho do Conselho;

III - Promoverá a confecção e a aprovação do Regimento Interno, para o pleno funcionamento do Conselho;

IV - Abrirá conta bancária específica para o Fundo Municipal de Assistência e Proteção à Pessoa Com Deficiência, conforme mandamento constante no §1º do artigo 8º da Lei n. 1.048/2021.

SEÇÃO III – DO PRAZO PARA CUMPRIMENTO

CLÁUSULA 3ª. As obrigações pactuadas neste TERMO serão cumpridas pelo **COMPROMISSÁRIO** em observação ao prazo estipulado, independentemente de eventuais entraves relacionados a licitações ou concursos públicos, ressalvados fatores externos, devidamente comprovados.

§1º. O COMPROMITENTE compromete-se a não adotar, durante tal período, qualquer medida judicial, de cunho civil ou criminal, em relação ao objeto do presente TERMO, contra o **COMPROMISSÁRIO**;

§2º. Eventual impossibilidade de cumprimento dos prazos fixados na Cláusula 2ª, por ocorrência de caso fortuito ou força maior, deverá ser comunicada ao COMPROMITENTE até o prazo de 10 (dez) dias após sua constatação, sendo que os prazos fixados poderão ser prorrogados mediante termo aditivo a este ajustamento, mediante solicitação formal a esta Promotoria de Justiça.

SEÇÃO IV - DA COMPROVAÇÃO

CLÁUSULA 4ª. No prazo de 5 (cinco) dias após o vencimento do prazo previsto para cumprimento da obrigação, o **COMPROMISSÁRIO** deverá

apresentar ao Ministério Público:

- I – O Decreto que nomeou os integrantes do Conselho;
- II – O Decreto que aprovou o regimento interno do Conselho;
- III – Cópia da ata de eleição dos membros do conselho;
- IV – Cópia da Ata de nomeação dos integrantes dos grupos de trabalho;
- V – Cópia dos dados da conta bancária vinculada ao Fundo Municipal de Assistência e Proteção à Pessoa com Deficiência.

SEÇÃO V – DAS CLÁUSULAS PENAIIS

CLÁUSULA 5ª. O não cumprimento do pactuado sujeitará o COMPROMISSÁRIO ao pagamento de uma multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso e contado a partir do vencimento do prazo estipulado na Cláusula 4ª, incidindo para cada inciso descumprido.

§1º. A não comprovação nos termos da Cláusula 4ª será considerado descumprimento da obrigação assumida, incidindo multa para cada inciso descumprido;

§2º. O valor devido será atualizado segundo os índices legais de correção monetária, cuja incidência se dará a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento da obrigação.

CLÁUSULA 6ª. Para a execução das referidas multas e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário, tão somente, relatório, laudos, auto de constatação e de infração ou documento equivalente lavrado pelos órgãos fiscalizadores, assim como representação ou comunicação de qualquer pessoa ou outros órgãos públicos.

SEÇÃO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 7ª. As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

CLÁUSULA 8ª. Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer

órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

CLÁUSULA 9ª. Qualquer valor oriundo deste Termo será revertido diretamente para o Fundo para Reconstituição de Bens Lesados – FRBL – de Santa Catarina, criado pela Lei n. 15.694, de 21 de dezembro de 2011.

CLÁUSULA 10ª. As partes elegem o foro de Araranguá/SC para dirimir eventuais questões decorrentes do presente TERMO.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85.

Araranguá, 29 de agosto de 2022.

[assinado digitalmente]

RAFAEL FERNANDES MEDEIROS

Promotor de Justiça

**MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO
DO SILVA**

Representado por seu Prefeito Municipal
Evandro Scaini

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO